



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

27º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2013 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988:

- a) O exercício de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação depende de prévia licença do Poder Público.
- b) São cláusulas pétreas, e portanto não podem ser abolidas através de Emenda Constitucional, apenas os direitos expressamente elencados no art. 5º da Constituição.
- c) A Constituição determina que não podem ser admitidas, no processo, provas obtidas por meios ilícitos.
- d) A Constituição prevê o sigilo das comunicações telefônicas, que não pode ser quebrado nem mesmo por ordem judicial.
- e) No processo, a publicidade é uma exigência constitucional absoluta, não sendo admissível qualquer hipótese de sigilo.

2. Quando o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade de uma lei, esta decisão:

- a) Produz sempre efeitos *ex tunc*, retroativos, não admitindo qualquer hipótese de modulação temporal.
- b) Produz efeitos *ex tunc*, mas admite-se a modulação temporal.
- c) Produz sempre efeitos *ex tunc* quando proferidas em sede de ação direta, mas não em sede de controle difuso.
- d) Acarreta sempre a anulabilidade, e não a nulidade, do preceito infraconstitucional quando proferida em sede de ação direta.
- e) Só pode ser cumprida após o Senado Federal editar uma resolução confirmando o entendimento do STF.

3. Sobre a inconstitucionalidade por omissão do legislador, é correto dizer que:

- a) Pode ocorrer com relação a normas constitucionais de eficácia plena.
- b) É um problema político, e por isso não é possível questioná-lo perante o Poder Judiciário.
- c) Tem como importante instrumento de controle a ADI por omissão, através da qual o STF dará ciência da omissão ao órgão encarregado da edição da norma.
- d) É expressamente proibida, pelo Direito Positivo brasileiro, a concessão de medida cautelar pelo STF na ADI por omissão.
- e) O mandado de injunção tem os mesmos legitimados ativos da ADI, e por isso ele tem tido um papel muito tímido para a solução do problema da inconstitucionalidade por omissão no Brasil.

4. A respeito dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, assinale a única alternativa inteiramente correta:

- a) Trata-se de princípios expressamente elencados pela Constituição de 1988 entre os direitos e garantias individuais.
- b) Trata-se de princípios expressamente elencados pela Constituição de 1988 entre os princípios da Administração Pública.
- c) São princípios não expressos literalmente na Constituição, mas podem ser deduzidos de outros princípios constitucionais. O fato de não constarem expressamente do Texto Constitucional, porém, enfraquece sua eficácia e aplicabilidade, que ficam na dependência da edição de leis ordinárias para regulamentá-los.
- d) São princípios que não gozam de hierarquia constitucional no Direito brasileiro, estando previstos na legislação ordinária.
- e) Embora não previstos textualmente pela Constituição, são deduzidos de outros princípios constitucionais e são relevante fundamento para o controle de constitucionalidade das leis e outros atos praticados pelo Poder Público.

5. A Procuradoria Geral do Estado:

- a) equivale, no plano estadual, ao que a Procuradoria Geral da República representa no plano federal, ou seja, trata-se de órgão integrante do Ministério Público.
- b) tem como atribuição constitucional auxiliar a Assembleia Legislativa na fiscalização contábil, financeira e orçamentária das entidades da Administração estadual.
- c) tem como função institucional promover a ação penal pública e prestar a assistência judiciária à população hipossuficiente.
- d) tem a atribuição de representar o Estado em juízo, bem como prestar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo estadual.
- e) como Função Essencial à Justiça, integra a estrutura do Poder Judiciário estadual.

6. Vargas Aleuto, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, foi eleito Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e, após a posse como Deputado, foi nomeado Secretário de Estado da Cultura. Nesse caso, Aleuto:

- a) poderá assumir o cargo de Secretário estadual, mas deverá ser afastado apenas do cargo efetivo de Procurador do Estado, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.
- b) não poderá assumir o cargo de Secretário estadual, demissível *ad nutum*, por expressa vedação constitucional.
- c) poderá assumir o cargo de Secretário estadual, mas deverá ser afastado do cargo efetivo de Procurador do Estado e do mandato parlamentar.
- d) poderá assumir o cargo de Secretário estadual e acumulá-lo com o cargo efetivo de Procurador do Estado, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, desde que haja compatibilidade de horários.
- e) poderá exercer os três cargos, desde que haja compatibilidade de horários, facultado optar pela sua remuneração.

7. Afonso decide constituir uma associação religiosa, sob as leis brasileiras, que visa promover a supremacia da raça ariana. Nesse contexto, pode-se afirmar, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que:

- a) a associação poderá ser constituída, independentemente de autorização do Poder Público, pois é livre a manifestação do pensamento e inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos.
- b) a associação não poderá ser constituída, pois só é plena a liberdade de associação para fins lícitos, configurando-se o racismo como crime inafiançável e imprescritível.
- c) a associação poderá ser constituída, independentemente de autorização do Poder Público, pois todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização.
- d) a associação não poderá ser constituída, pois as associações só poderão ser constituídas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- e) a associação poderá ser constituída, independentemente de autorização do Poder Público, pois, após um juízo ponderativo dos direitos colidentes, conclui-se que o Poder Público não pode compelir ninguém a associar-se ou a permanecer associado.

8. Uma Convenção Internacional de Direitos Humanos aprovada, em 25/04/2012, nas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos e por unanimidade, incorporou ao ordenamento jurídico um novo direito não previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assinale a alternativa correta:

- a) A referida Convenção é inconstitucional por violar os limites materiais explícitos ao ampliar os direitos fundamentais.
- b) Incorporou-se ao direito brasileiro um direito humano com hierarquia supralegal, conforme julgados do Supremo Tribunal Federal.
- c) Pela adoção do monismo moderado, incorporou-se ao direito brasileiro direito com hierarquia de lei ordinária.
- d) Alargou-se o bloco de constitucionalidade, com a incorporação de um direito humano com hierarquia constitucional.
- e) O novo direito, por falta de previsão legal, não pode servir de parâmetro de controle de convencionalidade.

9. A afirmativa de que "a Constituição em sentido positivo contém somente a determinação consciente da concreta forma de conjunto pela qual se pronuncia ou se decide a unidade política" corresponde à Teoria da Constituição conforme a:

- a) concepção jurídica, de Hans Kelsen.
- b) concepção sociológica, de Ferdinand Lassalle.
- c) concepção da constituição como *status quo*, de Ernst Forsthoff.
- d) concepção política, de Carl Schmitt.
- e) concepção positivista, de Georg Jellinek.

10. A respeito da Federação brasileira, assinale a alternativa incorreta:

- a) A República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos tratados como entes federativos e dotados de autonomia, nos termos da Constituição de 1988.
- b) A Constituição de 1988 incorpora sistemas diversos de repartição de competências entre os entes federativos. São previstos tanto o sistema clássico norte-americano (competências enumeradas da União Federal e competências residuais dos Estados) quanto o sistema austríaco, em que há um elenco de competências legislativas concorrentes da União e dos Estados.
- c) Quanto aos Municípios, a Constituição de 1988 não os trata como entes federativos, de modo que a autonomia e as competências municipais são matéria versada apenas nas Constituições dos respectivos Estados.
- d) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea na Constituição de 1988, não podendo ser abolida por Emenda Constitucional.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, cabe à União editar normas gerais, que poderão ser suplementadas pelos Estados. Ademais, na ausência de lei federal sobre normas gerais, os Estados podem legislar plenamente, para atender a suas peculiaridades.

DIREITO CIVIL

11. A respeito da pessoa natural, é incorreto afirmar que:

- a) A capacidade de fato é a aptidão da pessoa para o exercício de direitos na vida civil por si mesma, sem necessidade de assistência ou representação.
- b) a hipótese de comoriência é acolhida em nosso direito civil.
- c) se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precede aos outros, será presumido morto em primeiro lugar o mais velho.
- d) a existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
- e) A capacidade de direito é conceituada como a aptidão para ser sujeito de direitos e é atribuída à generalidade das pessoas.

12. Quanto à morte presumida, é correto afirmar:

- a) sem decretação de ausência, não pode ser declarada a morte presumida.
- b) somente pode ser declarada a morte presumida daqueles desaparecidos em campanha ou feitos prisioneiros em caso de guerra.
- c) se a pessoa estava em perigo de vida, a morte presumida pode ser declarada após um ano da decretação da ausência.
- d) pode ser declarada a morte presumida, sem a decretação de ausência, de quem estava em perigo de vida, desde que extremamente provável a morte.
- e) não existe a figura da morte presumida no direito nacional.

13. Assinale a assertiva correta a respeito da desconsideração da personalidade jurídica disciplinada no art. 50 do Código Civil:

- a) A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica implica a sua despersonalização para toda e qualquer finalidade, pondo fim à sua existência legal.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica gera responsabilização patrimonial dos sócios, estendendo os efeitos das obrigações da pessoa jurídica ao patrimônio de todos os sócios, salvo o dos administradores.
- c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- d) Nas relações regidas exclusivamente pelo Código Civil, interpretam-se ampliativamente os parâmetros de desconsideração da personalidade jurídica previstos no seu art. 50 (desvio de finalidade social ou confusão patrimonial), pois o objetivo da norma é a proteção dos credores.
- e) O mero encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica é suficiente a caracterizar abuso da personalidade para fins de aplicação do art. 50 do Código Civil, ainda que tenham sido reservados bens suficientes para o pagamento dos credores, uma vez que consistem em entes formais.

14. Quanto a domicílio, é incorreto afirmar:

- a) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- b) Para a pessoa natural, domicílio é o lugar onde está estabelecida a sua residência com ânimo definitivo. Se a pessoa não tiver residência habitual, ter-se-á por domicílio o lugar onde for encontrada.
- c) Não se admite a existência de domicílios plúrimos, substituindo-se o domicílio voluntário do servidor público pelo domicílio legal ou necessário no local em que exerce suas funções, a partir do momento da sua investidura no cargo público.
- d) A cláusula de eleição de foro é válida nos contratos escritos, salvo quanto aos contratos de consumo, nos quais a cláusula que estipula foro diverso do domicílio do consumidor é considerada abusiva.
- e) Considera-se domicílio do Estado, a respectiva capital.

15. Os negócios jurídicos, para sua validade, dependem de agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei. Com base nessas premissas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os negócios jurídicos celebrados por relativamente incapaz podem ser confirmados.
- b) A reserva mental feita pelo autor e desconhecida do destinatário deve ser considerada na interpretação do negócio jurídico.
- c) A possibilidade física do objeto do negócio jurídico se relaciona à sua existência material, a jurídica vincula-se à conformidade com o ordenamento.
- d) Ao se interpretar um negócio jurídico importa mais a real vontade dos declarantes do que o sentido literal da linguagem escrita.
- e) A exigência de forma especial para o negócio jurídico é exceção, vigorando o princípio da liberdade das formas.

16. Em matéria de responsabilidade civil, assinale a alternativa falsa:

- a) são elementos da responsabilidade objetiva a conduta, o dano e o nexo causal entre o dano e a conduta;
- b) os pais são objetivamente responsáveis pelos atos danosos praticados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- c) segundo a chamada cláusula geral de responsabilidade objetiva, prevista no parágrafo único do artigo 927, do Código Civil, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;
- d) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes;
- e) o agente agressor responde pela reparação integral do dano causado, sendo vedada, de forma absoluta, a redução do valor da indenização.

17. Quanto aos institutos da prescrição e da decadência, marque a opção correta:

- a) a renúncia da prescrição só pode ser feita de forma expressa;
- b) não corre a prescrição pendendo condição resolutiva;
- c) não interrompe a prescrição o despacho do juiz incompetente que ordenar a citação, ainda que o interessado tenha promovido a ação no prazo e na forma da lei processual;
- d) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado;
- e) o juiz deve conhecer, de ofício, da decadência, estabelecida por lei ou convenção das partes.

18. É incorreto afirmar que:

- a) nas obrigações alternativas, a escolha, em regra, cabe ao devedor;
- b) nas obrigações alternativas, a escolha é definitiva e irrevogável, vedando-se sua modificação após a concentração;
- c) nas obrigações alternativas, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutível, extingui-se a obrigação;
- d) na hipótese das obrigações indivisíveis, havendo dois ou mais devedores, cada um será obrigado pela dívida toda;
- e) a obrigação indivisível não perde essa qualidade ainda quando se resolver em perdas e danos.

19. Em matéria de direito das obrigações, marque a opção correta:

- a) o terceiro não interessado pode pagar a dívida em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste;
- b) o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo não é válido se provado depois que não era credor;
- c) o credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se aquela for mais valiosa;
- d) a quitação da última quota gera a presunção absoluta de estarem solvidas as anteriores;
- e) a compensação pode realizar-se entre dívidas líquidas e não vencidas.

20. Das alternativas abaixo, é incorreto afirmar que:

- a) ocorrendo a lesão, o negócio jurídico não será anulado, se for oferecido suplemento suficiente ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito;
- b) é nulo o negócio jurídico quando a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção;
- c) o negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro;
- d) é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico;
- e) o negócio jurídico é nulo por vício resultante de estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

PROCESSO CIVIL

21. Caracteriza-se o fenômeno da substituição processual quando:

- a) a lei confere ao titular do direito material a legitimidade *ad causam*;
- b) diante do óbito do autor ou do réu, habilitam-se como parte seus sucessores;
- c) a lei confere a terceiro a defesa, em nome próprio, de direito alheio;
- d) ocorre a modificação, por ato voluntário, do procedimento;
- e) há alteração de advogado a patrocinar os interesses de uma das partes.

22. Dentre as hipóteses enumeradas abaixo, assinale o item que não designa uma espécie de procedimento jurisdicional:

- a) procedimento comum sumário;
- b) procedimento comum ordinário;
- c) procedimento especial da ação de consignação em pagamento;
- d) procedimento especial das ações possessórias;
- e) procedimento licitatório.

23. Quanto aos prazos no procedimento comum ordinário, é correto afirmar que:

- a) extingue-se o processo parado durante mais de 20 dias por negligência das partes;
- b) a contestação, a exceção e a reconvenção devem ser oferecidas, de regra, em 15 dias;
- c) deve o juiz proferir sentença em até 180 dias após distribuída a demanda;
- d) incumbe à parte promover a citação do réu nos 60 dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário;
- e) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 30 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

24. Segundo o sistema de fontes legislativas previsto na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) as competências originárias do Tribunal de Justiça estadual são disciplinadas pela Constituição Estadual;
- b) cabe à lei federal dispor sobre direito processual civil;
- c) os Estados-membros podem editar normas específicas sobre procedimentos em matéria processual;
- d) somente lei federal pode criar ou extinguir órgãos colegiados nos Tribunais de Justiça estaduais;
- e) a organização judiciária deve ser regida por lei estadual de iniciativa do Tribunal de Justiça.

25. De acordo com a teoria da tríplice identidade, constituem elementos de identificação da demanda no processo civil brasileiro:

- a) as partes, o pedido e a causa de pedir;
- b) o juízo competente, o pedido e o procedimento legal;
- c) a data da citação, os advogados com procuração nos autos e a causa de pedir;
- d) a lei material aplicável, os recursos interpostos e as partes;
- e) o representante legal, o valor da causa e a pretensão.

26. No que concerne ao princípio do devido processo legal, assinale a assertiva correta:

- a) ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal;
- b) trata-se de princípio cuja aplicação está restrita aos processos de natureza administrativa;
- c) tem previsão exclusivamente no âmbito infraconstitucional;
- d) possui uma dimensão estritamente procedimental, sem paralelo substancial;
- e) não tem qualquer relação, ainda que indireta, com o contraditório e com a ampla defesa.

27. Acerca da função jurisdicional, assinale a assertiva correta:

- a) será exercida pelos juízes, em consonância com a legislação processual;
- b) nunca depende de provocação para ser exercida;
- c) não existe jurisdição voluntária, mas apenas contenciosa;
- d) é proibida em alguns estados do território nacional;
- e) seu regular exercício, pelo magistrado, não está jungido às regras de competência.

28. Não compete ao Supremo Tribunal Federal:

- a) processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- b) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República;
- c) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- d) julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais dos Estados, quando denegatória a decisão;
- e) processar e julgar, originariamente, a ação rescisória de seus julgados.

29. No que concerne à coisa julgada, é correto afirmar que:

- a) a coisa julgada formal sempre impede a rediscussão de idêntica questão de mérito em novo processo;
- b) a coisa julgada material não reveste os motivos da sentença, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva;
- c) a questão prejudicial nunca é revestida pela coisa julgada, ainda que a parte requeira declaração incidente, o juiz seja competente em razão da matéria e ela constitua pressuposto necessário para o julgamento da lide;
- d) mesmo sobrevivendo modificação no estado de fato ou de direito em relação jurídica continuativa, a parte não poderá pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;
- e) a formação da coisa julgada independe do reexame necessário, nas hipóteses em que ele é exigido pela lei processual.

30. Em demanda na qual figuram no polo passivo litisconsortes com advogados diferentes, o prazo para que os réus oponham embargos de declaração é de:

- a) 5 dias;
- b) 8 dias;
- c) 10 dias;
- d) 15 dias;
- e) 20 dias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

Não Preencher

27º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Nota:

Nota por extenso: _____

RUBRICA(S) DO(S) EXAMINADOR(ES)

INSTRUÇÕES

Use caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer tipo, inclusive esferográfica.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CORRETIVO DE QUALQUER ESPÉCIE (por exemplo: *corretivos*, borracha, fita corretiva etc.)

Preencha, de forma legível, os espaços existentes na parte inferior desta folha, na **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO**. O preenchimento desta **ÁREA** tem como finalidade a desidentificação da prova e, após a correção, a sua identificação.

Deixe em branco os espaços constantes da **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO E OS DE USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**.

O caderno de respostas contém, além da capa, duas folhas, sendo uma para cada resposta. Para cada resposta, utilize apenas as quinze linhas pautadas, não ultrapassando as margens definidas nas folhas impressas. Não serão corrigidas as respostas lançadas fora do espaço destinado. As respostas às questões de cada matéria deverão ser lançadas na folha de resposta respectiva. Não serão consideradas as respostas que sejam lançadas pelo candidato, por equívoco, na folha de respostas de outra matéria.

NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.

NÃO ASSINE AS FOLHAS DE RESPOSTA, NEM AS RUBRIQUE OU NELAS FAÇA QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O CANDIDATO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA.

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO

Nome _____ Inscrição nº _____
(Em letra de forma)

Assinatura usual _____ Data de Nascimento ____/____/____



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

EDITAL

**27.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 23 do Regulamento do 27º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) C
- 2) B
- 3) C
- 4) E
- 5) D
- 6) C
- 7) B
- 8) D
- 9) D
- 10) C

DIREITO CIVIL:

- 11) C
- 12) D
- 13) C
- 14) C
- 15) B

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. W.', is located at the bottom of the page.

16) E

17) D

18) C

19) A

20) E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

21) C

22) E

23) B

24) D

25) A

26) A

27) A

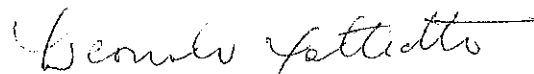
28) D

29) B

30) C

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2013.



LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO
Procurador-Chefe do CEJUR
Presidente da Comissão de Seleção de Estagiários